



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO D'ESTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . . 130\$
A 1.ª série . . . .	90\$	» . . . . . 48\$
A 2.ª série . . . .	80\$	» . . . . . 43\$
A 3.ª série . . . .	80\$	» . . . . . 43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações :

**Decreto-lei n.º 31:935** — Substitue a redacção da alínea e) do artigo 32.º do decreto-lei n.º 26:117, que reorganiza os serviços do Ministério e promulga diversas disposições acerca dos respectivos funcionários, tendo em atenção o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 26:214.

**Declaração** de ter sido autorizado o reforço da verba inscrita na alínea d) do n.º 1) do artigo 7.º do orçamento privativo de despesas da Administração Geral do Pôrto de Lisboa.

### Ministério das Colónias :

**Portaria n.º 10:053** — Manda suspender nas tabelas de despesa dos futuros orçamentos das colónias de Cabo Verde e de Timor a inscrição de quaisquer verbas para pagamento de diuturnidades concedidas a funcionários civis e oficiais militares, de analogia com o que se acha determinado em relação às colónias de Angola, Índia e Macau, e designar nas referidas tabelas, relativamente a todas as verbas que sejam inscritas para diuturnidades, uma observação indicativa das datas dos respectivos despachos ou diplomas da concessão.

### Ministério da Economia :

**Decreto-lei n.º 31:936** — Permite ao Ministro autorizar, durante o corrente ano, que os organismos de coordenação económica utilizem, em determinados casos, o produto dos saldos de gerências anteriores na realização, dentro dos limites das respectivas verbas orçamentais, das despesas de administração e fiscalização previstas no artigo 5.º do decreto-lei n.º 29:049.

**Decreto n.º 31:937** — Autoriza a 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer uma importância à viúva do tenente-coronel Henrique José da Silva Alvea, que prestou serviço no Instituto Geográfico e Cadastral, como subsídio referente às despesas de funeral de seu marido.

respectivos quadros permanentes, engenheiros ou architectos de 3.ª classe dos mesmos quadros, aprovados em concurso de promoção à classe imediata, ou por contrato, se existirem vagas dessas classes nos mesmos quadros, entre engenheiros ou architectos de reconhecida competência estranhos aos quadros.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Março de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

### Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de hoje, e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea d) «Pontes» do n.º 1) «De imóveis» do artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», da classe «Despesas com o material», com a importância de 20.000\$, a sair da verba da alínea f) «Outros imóveis» do mesmo número, artigo e classe do orçamento privativo de despesas desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 18 de Março de 1942. — O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

**Decreto-lei n.º 31:935**

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte :

**Artigo único.** É substituída a redacção da alínea e) do artigo 32.º do decreto-lei n.º 26:117, de 23 de Novembro de 1935, tendo em atenção o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 26:214, de 15 de Janeiro de 1936, pela seguinte :

e) Directores dos serviços externos, engenheiros directores de portos, chefes das divisões de urbanização e de dragagens — em comissão de serviço, entre engenheiros ou architectos de 1.ª ou 2.ª classe dos

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral Militar

**Portaria n.º 10:053**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 26:577, de 8 de Maio de 1936 :

1.º Suspender nas tabelas de despesa dos futuros orçamentos das colónias de Cabo Verde e de Timor a inscrição de quaisquer verbas para pagamento de diuturnidades concedidas depois da publicação da presente portaria a funcionários civis e oficiais militares, de analogia com o que se acha determinado em relação às colónias de Angola, Índia e Macau.

2.º Designar nas referidas tabelas, relativamente a todas as verbas que sejam inscritas para diuturnidades,

uma observação indicativa das datas dos respectivos despachos ou diplomas da concessão.

*Para ser publicada no «Boletim Oficial» das colónias de Cabo Verde e Timor.*

Ministério das Colónias, 23 de Março de 1942. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

### Decreto-lei n.º 31:936

Subsistindo no ano corrente os motivos que levaram a publicar os decretos-leis n.ºs 30:600 e 31:123, respectivamente de 18 de Julho de 1940 e de 3 de Fevereiro de 1941;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Durante o ano corrente o Ministro da Economia pode autorizar que os organismos de coordenação económica utilizem o produto dos saldos de gerências anteriores na realização, dentro dos limites das respectivas verbas orçamentais, das despesas de administração e fiscalização previstas no artigo 5.º do decreto-lei n.º 29:049, de 10 de Outubro de 1938, sempre que se manifeste insuficiência das receitas previstas por escassez ou acentuada diminuição da exportação ou importação dos produtos sobre os quais se cobrem as taxas destinadas a constituir receita dos referidos organismos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Março de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

*Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

### 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

#### Decreto n.º 31:937

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Em conta da verba de 200.000\$ descrita no artigo 282.º, capítulo 15.º, do orçamento em vigor do Ministério da Economia, e destinada a «Despesas de anos económicos findos», fica a 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a mandar satisfazer a D. Maria Guilhermina Chianca Garcia Alves, que também assina Maria Guilhermina Chianca da Silva Garcia Alves, a importância de 2.330\$, como subsídio, nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 28:404, de 31 de Dezembro de 1937, referente às despesas de funeral de seu marido, o tenente-coronel Henrique José da Silva Alves, que prestou serviço no Instituto Geográfico e Cadastral.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Março de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.